

# A SUBVERSÃO DO VELHO "RURAL" - PARA UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL ALÉM DO RURAL E DO URBANO

*William Hector Gomez Soto<sup>1</sup>*

## Resumo

Neste artigo o autor faz uma reflexão acerca do envelhecimento do significado do conceito de "rural". Recentemente tem emergido no Brasil uma interessante discussão, apoiada em abundantes dados empíricos, que chama a atenção acerca de um "novo rural" brasileiro. Esta sem dúvida é uma discussão incipiente mas de enorme significado teórico e prático.

Palavras-chaves: novo rural, sociologia rural, desenvolvimento local

## Abstract

The author in this article makes a reflection about the concept of "rural" and its development. Nowadays it has emerged in Brazil a discussion, founded in several empirical data, which calls the attention toward a "brazilian neo-rural". This discussion is pretty new. However, it has an enormous theoretical and empirical meaning.

Keywords: "neo-rural", rural sociology, local development.

## APRESENTAÇÃO

O título do presente artigo merece uma explicação. A subversão do velho "rural" se refere à necessidade de buscar novos conceitos que definam e que permitam apreender os processos complexos que estão ocorrendo na sociedade brasileira. São esses processos e transformações que subvertem o conceito tradicional de "rural". Na abundante literatura brasileira e internacional, o conceito de rural esteve diretamente associado à

---

<sup>1</sup> O autor deste artigo é Professor do Departamento de Ciências Econômicas (UNISC) e Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS), [william@deco.unisc.br](mailto:william@deco.unisc.br).



produção agrícola. No Brasil o rural foi considerado um dos pólos do processo histórico; o outro era o urbano. O conceito de rural parecia dar conta de um espaço social caracterizado pela baixa densidade populacional e mobilidade social. Nesse espaço, a população rural permanece em contato direto com a natureza e sua ocupação fundamental é a agricultura. Por sua vez, o urbano representou o progresso, a indústria, alta homogeneização e mobilidade social. No entanto haveria de diferenciar duas coisas. Uma delas ocorre no terreno da ideologia, a outra na dinâmica do processo econômico e social. Na esfera da ideologia, com a transição da sociedade tradicional para a sociedade moderna, emerge e se torna dominante um conjunto de valores e idéias que alguns autores como Martins (1975) chamam de "ideologia urbana". Nessa visão de mundo dominante o rural aparece como sinônimo de atraso cultural, econômico e social. Esta visão de mundo foi construída, alimentada e compartilhada por muitos intelectuais, partidos políticos de direita e de esquerda, instituições públicas e privadas. De acordo com esta visão, o rural deverá superar o atraso através de ações externas, ou seja de origem urbana, estendidas para o "mundo rural". Outro autor famoso chamaria a atenção sobre este dilema e questionaria os programas de extensão rural. Paulo Freire criticou a concepção dominante baseada na idéia de que o atraso do campo seria superado com a "extensão" de conhecimentos produzidos pela cidade dentro do modelo urbano-industrial. Mas que "estender" conhecimento se tratava, segundo ele, de resgatar o saber do homem do campo.

Por outro lado, as modificações econômicas e sociais que avançam muito mais rapidamente que as idéias, envelhecem os conceitos e as imagens. Na era da revolução da informática e das comunicações resulta complicado ainda sustentar o antigo conceito de rural centrado principalmente na produção agrícola. Novas atividades surgem no campo (turismo rural, criação de rãs, aves nobres, produção orgânica de ervas medicinais, criação de camarão de água doce, javalis, escargot, piscicultura, produção de sucos naturais, produção de flores, entre outras). Pesquisadores como José Graziano da Silva, entre outros, mostram o declínio do emprego agrícola e o aumento do emprego não-agrícola. O rural deixou de ser apenas um espaço da produção agrícola, também é um espaço de lazer, de moradia e de preservação ambiental. Devido a essas mudanças profundas, envelhecem os conceitos de rural e também o conceito de "desenvolvimento rural" muito utilizado nos anos 70. O mesmo acontece com o conceito de reforma agrária. Nos anos 50 e 60 a discussão pelo caráter e necessidade de uma reforma agrária brasileira estava vinculada com a necessidade de remover os entraves para o capitalismo no campo. A modernização da agricultura brasileira que se expandiu aceleradamente demonstrou que o capitalismo brasileiro não precisou de uma reforma agrária para se desenvolver. Sem dúvida, o processo de modernização da agricultura tem sido altamente concentrador, beneficiando às grandes empresas capitalistas e produzindo uma ampla e profunda exclusão social. Esse resultado histórico no mínimo obriga a uma redefinição do conceito

de reforma agrária. Nos últimos anos, autores brasileiros discutem se a reforma agrária tem um conteúdo econômico ou se apenas é uma política social. Contudo cabe salientar que os graves problemas sociais ainda estão sem solução. A reforma agrária não teria hoje o caráter totalizador e abrangente idealizado pelos intelectuais de esquerda dos anos 50 e 60.

O objetivo deste artigo é fazer uma reflexão sobre essas transformações enfatizando a necessidade de ultrapassar esses conceitos que não permitem apreender adequadamente a realidade. Cabe salientar que não é uma discussão puramente teórica mas que tem significado profundamente prático. Por exemplo, a formulação de políticas e programas públicos tanto em nível nacional, estadual como municipal, depende da imagem e a concepção que os dirigentes constroem da realidade. Não só as políticas públicas dependem dessa imagem, mas também a forma de organizar o poder público. Em muitas prefeituras e governos existem conselhos de desenvolvimento rural e conselhos de desenvolvimento industrial e comercial, como se fosse possível entender e intervir de forma separada no processo de desenvolvimento. O desenvolvimento é um processo complexo que não pode ser dividido de forma estanque, interditando suas conexões. Agora isso não é mais possível. Novos conceitos como "desenvolvimento local", "economia regional", "desenvolvimento regional" possibilitariam entender os processos econômicos e sociais como uma totalidade, mesmo que ocorram espacialmente diferenciados. Em outras palavras, pensar o desenvolvimento como uma totalidade significa ir além da conotação espacial do "rural" e do "urbano".

#### A CRÍTICA DA RURALIDADE

Entre os cientistas sociais que se dedicam ao estudo do rural, existem divergências em relação aos critérios que devem ser utilizados para definir o que é rural. Até pouco tempo atrás o rural era sinônimo de pouca densidade populacional e onde a população estava em contato direto com a natureza e dedicada exclusivamente à produção agropecuária. Wanderley (1997) argumenta que, do ponto de vista sociológico, o rural pode ser caracterizado a partir das relações particulares que se estabelecem entre os homens e a natureza, como espaço não construído pelo homem e que repercute nas representações do espaço, do tempo, da família e do trabalho. Segundo Sigaud (1992), o "mundo rural" pode ser definido como o pólo oposto do "mundo urbano". Deste modo, o rural estaria caracterizado pelas atividades agrícolas, pecuárias. Atividades com uma maior identidade com a natureza. O urbano estaria marcado pelas atividades industriais e de serviço que se distanciam da natureza adquirindo uma própria autonomia. Pelo que se pode derivar das afirmações desta autora ainda prevalece, na definição do rural a dualidade agricultura/ indústria.



Recentemente o consenso aparente em torno do significado do rural, parece ter chegado ao fim. Autores como Buttel e Newby já tinham questionado o significado do rural. Buttel e Newby (1980) afirmam que a sociologia rural sempre teve resistência a reconhecer que o termo "rural" é apenas uma categoria empírica e uma expressão geográfica e não sociológica. Frequentemente a sociologia rural foi definida como o estudo científico da sociedade rural. O que acontece é que muitas vezes o "mundo rural" foi considerado como uma entidade separada do "mundo não-rural". Este problema tem dificultado o desenvolvimento da sociologia rural. Portanto tem ocorrido uma certa confusão sobre a possibilidade e a necessidade de uma definição do "rural" do ponto de vista sociológico.

Para Newby (1982), um elemento prejudicial para a sociologia rural tem sido a sua separação institucional de outros dois campos de estudos: a sociologia do desenvolvimento e os estudos sobre campesinato. A consequência negativa desta separação institucional é que a sociologia rural foi privada tanto de uma perspectiva histórica como de uma concepção totalizadora da sociedade. Além disso, a sociologia rural pode ser caracterizada pelo seu estilo de investigação. Este "estilo de investigação" é originário dos *land grant colleges* nos Estados Unidos e espalhou-se para outros países. Trata-se de um estilo de investigação científica que Newby (1982) caracteriza como positivista, indutivo, quantitativo e "aplicado". Essa caracterização de Newby se explica pelo papel da sociologia rural no Estados Unidos, surgida principalmente para solucionar os problemas agrícolas numa época de crise. Por esse motivo, a sociologia rural dos Estados Unidos careceu de uma vocação teórica e histórica.

Definir a sociologia rural como o estudo científico da sociedade rural oculta a questão central de definir a sociedade rural do ponto de vista sociológico. Newby (1982:349) considera o "rural" apenas um "referente empírico" e uma expressão geográfica. Desta consideração deriva-se a afirmação que não pode existir uma teoria da sociedade rural sem uma teoria da sociedade, uma questão óbvia mas que não tem sido levada para a prática pelos sociólogos rurais. Ainda que isso tenha sido reconhecido pelos sociólogos rurais, na prática a sociologia rural pode ser caracterizada por sua natureza atórica ou por sua tentativa de elaborar uma teoria sociológica especificamente rural, sem referência às teorias sociológicas gerais. Isto é compreensível dado que no desenvolvimento do pensamento sociológico, os autores clássicos descuidaram a sociedade rural e dedicaram seus esforços à elaboração de uma teoria sociológica sobre a sociedade urbano-industrial. E dado que o "rural" é uma categoria espacial, segundo o autor, seria necessária uma teoria sociológica da distribuição espacial. Estas críticas de Newby mostram não só o desconforto e as dificuldades que a sociologia rural atravessa na Europa e nos Estados Unidos mas, os esforços de avaliação e autocritica e a emergência de uma tendência intelectual que é conhecida como "nova sociologia rural".

Na mesma direção que Buttel e Newby, Tavares dos Santos (1991:15), considera

que o "rural" representa um conjunto de objetos empíricos mas não necessariamente científicos. Para formar estes objetos científicos é necessário fazer uso de conceitos e teorias disponíveis no conhecimento sociológico, dos clássicos aos contemporâneos. Nesse sentido, a "sociologia rural" não pode existir independentemente da "sociologia geral".

#### A DISTINÇÃO RURAL/URBANO

A distinção campo/cidade ou rural/urbano é uma expressão da interpretação dualista acerca da sociedade. Estudos expressivos desta interpretação são *Os Dois Brasis* de Jaques Lambert e *Brasil: Terras de contrastes* de Roger Bastide<sup>2</sup>. De acordo com a concepção dualista, o campo representaria o atraso da sociedade tradicional e as relações pré-capitalistas. A cidade representaria o desenvolvimento, através da indústria. O urbano representaria o moderno. O campo seria o *locus* do camponês analfabeto e disperso; a cidade, o *locus* do proletário concentrado na indústria. A visão dualista, baseia-se na teoria do *continuum rural-urbano* de Sorokin. Desta forma, o desenvolvimento do campo seria possível com sua urbanização, a fronteira entre o rural e o urbano ficaria mais tênue e o rural desapareceria como conceito e espaço social diferenciado.

Nos países capitalistas centrais, alguns autores questionam a teoria do *continuum rural-urbano*, argumentando que as transformações no campo são resultado da mobilização da população que busca alcançar sua cidadania. Tornar-se cidadão significa poder ter acesso aos serviços e às oportunidades das cidades. Este estágio provocaria a desaparecimento das distinções campo/cidade (Wanderley, 1998)<sup>3</sup>. Estes autores apostam na eliminação da distinção campo/cidade através da ascensão social das populações camponesas e neste sentido estariam questionando a idéia da polarização campo/cidade baseada na dominação urbana sobre o campo. Assim, aconteceria uma troca natural. As cidades ruralizar-se-iam e o campo urbanizar-se-ia, numa troca de equivalentes. Talvez isso pudesse explicar o fato de que alguns autores brasileiros, como Graziano da Silva (1996), observam nos anos 90 uma migração contrária ao fluxo das décadas passadas. Na década de 90, muitas pessoas buscam o campo para uma melhor qualidade de vida. E no campo aparecem novas atividades como o turismo rural e serviços, que anteriormente eram próprias das cidades. A divisão espacial campo/cidade expressa a particularidade da vida social e diferenciam-

<sup>2</sup> Oliveira questiona as limitações das interpretações dualistas e busca um novo modo de pensar a economia. "No plano teórico, o conceito de subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor 'atrasado' e um setor 'moderno', não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos" (Oliveira, 1987:12).

<sup>3</sup> A autora faz uma síntese da discussão estabelecida por alguns autores europeus em relação à distinção campo/cidade.



se enquanto tal. Para Remy apud Wanderley (1998), o rural produz suas próprias mudanças:

A visão de que as populações do campo são protagonistas das transformações da sociedade é uma visão nova que se opõe à visão dominante que tem considerado as mudanças sociais a partir de um único polo: o urbano. As partes mais dinâmicas do campo pretendem participar com a cidade de um processo comum de mudança. O rural, que se inclui neste caso, pretende ser portador de inovações de caráter endógeno como a cidade (Remy apud Wanderley, 1998).

Bealer, Willits e Kuvleski (1963), além de mostrarem a importância e a necessidade da construção científica do termo “rural”, também apontam as dificuldades de atingir este objetivo. Assim, os autores não pretendem oferecer uma definição definitiva mas salientam as dimensões menos conhecidas do problema da definição do “rural”.

Talvez a definição mais conhecida do que é rural refere-se a um espaço geográfico com baixa densidade populacional, com certo isolamento, tendo a agricultura como atividade principal e com características culturais diferentes daquelas que existem nas cidades. Bealer, Willits e Kuvleski (1963) salientam que os três aspectos para entender o significado do “rural” (ocupacional, ecológico e sócio-cultural) são insuficientes.

O primeiro aspecto refere que a população rural está vinculada à produção agrícola, significando dessa forma uma categoria de emprego que se diferencia das atividades industriais por seu contato direto e sua dependência da natureza. Porém, este aspecto por si só é insuficiente para definir o que é rural.

O segundo aspecto pretende entender o rural a partir da distribuição da população no espaço. O rural é concebido como regiões com baixa densidade populacional. A vantagem deste aspecto é de ser facilmente operacionalizável. No entanto, segundo Bealer, Willits e Kuvleski (1963: 6) “se a sociologia deve se preocupar com a estrutura e o funcionamento da sociedade, um prisma ecológico não é relevante de ‘per se’. Para ser sociologicamente significativa, a distribuição da população precisa ter alguma relação causal com outras formas padronizadas de interação.”

O terceiro aspecto tem um significado mais amplo e abstrato. Este aspecto compreende uma dimensão social e outra cultural. Como afirmam Bealer, Willits e Kuvleski (1963, p. 10) “... a ‘cultura’ geralmente toma a conotação, não de ação ‘per se’, mas antes de normas para a ação, ideais comuns de comportamento, configurações-de-valores pelas quais os meios e os fins devem ser escolhidos.”

O aspecto sócio-cultural pode ser considerado tanto uma variável dependente como uma variável independente. Como variável dependente o “rural” descreve apenas o comportamento das pessoas que moram em espaços considerados “rurais” a partir da

ocupação e da ecologia. Dessa forma, o “rural” não expressa uma forma cultural característica.

No entanto, considerado como variável independente, o “rural” tem outro poder explicativo. Assim, o “rural” expressa algumas particularidades culturais da população que mora nesses espaços considerados “rurais”, referentes à lentidão das mudanças sociais e a uma certa determinação fatalística. Como afirmam Bealer, Willits e Kuvleski (1963, p. 11) “a sociedade ‘rural’ tem sido apontada (entre outras coisas) como homogênea, com pequena especialização de mão-de-obra e relacionamento entre os membros predominantemente primário, face a face”. Apesar disso, não há consenso sobre quais são as características culturais do “mundo rural”. Os autores concordam que dada a amplitude das características culturais e sociais do “rural”, a escolha de uma delas facilitaria a operacionalização do conceito, mas uma opção deste tipo significaria a ausência de consenso entre os diferentes analistas.

Os autores concluem que uma definição simples do que é “rural” não receberia grande aceitação dos cientistas sociais, assim eles propõem uma definição composta de várias partes “explicitamente racionalizadas e ponderadas” o que facilitaria a sua operacionalização.

Como se observou, a maior parte dos autores convergem, definindo o rural como um dos pólos de um *continuum* caracterizado pela sua baixa densidade demográfica, homogeneidade social, reduzida mobilidade social, pela importância da agricultura e portanto, da terra como elemento central das relações sociais. No pólo oposto desse *continuum*, está o urbano, que representa uma maior diferenciação social, alta mobilidade social, grande concentração demográfica e a indústria, a atividade principal.

Por muitos anos, essa definição do rural informou as análises e as interpretações de alguns cientistas sociais. Nessa definição, o rural permanece apenas como um resíduo ou como um estágio inevitável do processo de desenvolvimento. É necessário salientarmos que essa definição parte do suposto de que o rural é imune às mudanças sociais, ou seja, o rural existe apenas como o estágio inicial do desenvolvimento simbolizado pela urbanização. Assim, o rural é o oposto do desenvolvimento. O rural não pode se desenvolver, sem desaparecer. É esta a ironia da definição do rural. Se o rural se desenvolve, deixa de ser rural, e passa a ser urbano.

## OS NOVOS CONCEITOS DO RURAL

A emergência de novos conceitos como “novo rural”, “urbanização do campo”, e “pluriatividade”, “rurbano”<sup>4</sup> buscam como resolver essa contradição e esse contraste

<sup>4</sup> José Graziano da Silva coordena o projeto RURBANO que pesquisa o novo rural brasileiro. Na página <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>> encontram-se vários textos que tratam as transformações no



paradoxal. Essas noções apresentam-se como elos mediadores dos pólos do *continuum*. Algumas noções ainda não presentes na literatura brasileira, como “peri-urbano”, estão sendo utilizadas por cientistas sociais franceses para descrever e explicar as comunidades que de forma crescente se organizam envolvendo as áreas urbanas. Essas áreas populacionais estão formadas pela população que migra do campo para a cidade e também por pessoas que fazem a trajetória inversa, ou seja, aquelas que decidem deixar a cidade para morar num “espaço rural”, sem a poluição urbana (Kageyama<sup>5</sup>).

Para Graziano da Silva (1996), a diferença entre o urbano e o rural é cada vez menos importante. As cidades não podem continuar a ser sinônimo de produção industrial nem o campo de produção agrícola e pecuária. A agricultura deixou de ser um setor relativamente autárquico, com seu próprio mercado de trabalho, e integrou-se ao resto da economia. A agricultura não pode mais ser entendida sem sua vinculação com os setores que lhe fornecem os insumos industriais e compram seus produtos.

A idéia que identifica o “rural” exclusivamente com a agricultura não corresponde à realidade. No “mundo rural” estão emergindo novas formas sociais e de organização econômica na medida em que a sociedade transita para um novo regime de acumulação. O lazer, o turismo, a prestação de serviços, a conservação do meio ambiente são novas atividades em crescimento no campo.

Alguns autores, como Graziano da Silva (1996), começam a perceber a emergência de um novo rural como produto da sua urbanização e da industrialização da agricultura. A urbanização e a industrialização do meio rural são parte de profundas transformações econômicas, sociais e culturais que acontecem em escala mundial e que estão mudando o caráter dos empregos e a organização das economias. Porém, para outros autores, como Wanderley (1997), a modernização da agricultura redefiniu o rural e as relações nele predominantes, mas sem anular as questões referentes à relação campo-cidade, ao lugar do agricultor na sociedade, à importância social, cultural e política da sociedade local.

No campo brasileiro, as atividades não agrícolas cresceram, principalmente aquelas relacionadas com a proliferação das agroindústrias e as relacionadas com a urbanização do meio rural (moradia, turismo, lazer e outros serviços) e com a preservação do meio ambiente, como também cabe salientar a multiplicação de sítios de recreio (pequenas áreas de lazer de famílias de classe média urbana). Muitas vezes os proprietários destas pequenas áreas combinam o lazer com o desenvolvimento de alguma atividade produtiva (criação de abelhas, aves, peixes e outros animais, produção de flores e plantas ornamentais, frutas e hortaliças, atividades de recreação e turismo).

\_\_\_\_\_ mundo rural propondo uma nova perspectiva de análise. Para os que se preocupam pelos fenômenos do “mundo rural” conhecer essa perspectiva de análise é imprescindível. Cabe ressaltar que não se trata apenas de uma discussão teórica mas de conclusões elaboradas a partir de um extenso levantamento empírico em várias regiões do Brasil.

<sup>5</sup> Este texto de Kageyama, “Pluriatividade e ruralidade: alguns aspectos metodológicos”, se encontra em <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>>.

A combinação de atividades agrícolas com não-agrícolas faz parte de um processo de “desespecialização” da divisão social do trabalho originado nas mudanças recentes no processo de trabalho tanto na indústria fordista como na agricultura moderna. Ironicamente, algumas características do mundo rural, como as formas flexíveis de contratação e o emprego sazonal e temporário, e o trabalho a domicílio, forma característica de transição da manufatura à indústria mecanizada, constituem a nova fisionomia da indústria do final do século XX (Graziano da Silva, 1996).

O surgimento do “part-time farmer” nos países capitalistas desenvolvidos é resultado da redução do tempo de trabalho necessário dos agricultores devido ao aumento da mecanização das atividades agrícolas e da automação das atividades de criação, assim como pela redução de áreas cultivadas concomitantemente com o aumento da produtividade tanto da terra como do trabalho. Em consequência se criaram as condições necessárias para que os membros das famílias agrícolas se dedicassem a atividades não agrícolas.

O novo “mundo rural” caracteriza-se pelo crescimento das atividades rurais não-agrícolas e pela transferência de atividades urbanas e industriais para o campo. Muitas indústrias deslocam-se para o campo buscando uma maior proximidade de matérias-primas e de mão-de-obra barata e não organizada, com o objetivo de diminuir os custos.

A pluriatividade<sup>6</sup> manifesta-se de duas formas. Primeiro, através de um mercado de trabalho relativamente indiferenciado, que combina desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústrias, têxtil, vidro, bebidas, etc.) e, segundo, através da combinação de atividades tipicamente urbanas com a gerência especificamente agropecuária (Graziano da Silva, 1996).

Das considerações anteriores pode-se concluir que os cientistas sociais questionam o rural por considerá-lo um conceito limitado para explicar uma realidade em transformação. Até há pouco tempo atrás, o rural era uma categoria muito significativa. A categoria de rural é limitada para entender o dinamismo de determinadas áreas rurais ou o declínio de outras. Como afirma Saraceno (1996:1):

“Nos processos reais há de um lado uma variação de termos de troca entre zonas rurais que nos obriga a rever as nossas categorias de análise e, de outro, um deslocamento espacial dos ‘centros’ de desenvolvimento entre regiões e países: ambas essas tendências colocam em crise a capacidade explicativa tradicionalmente atribuída às dinâmicas urbano-rurais e assim também ao conceito de ruralidade”.

\_\_\_\_\_ <sup>6</sup> A noção de pluriatividade busca explicar aquelas atividades que o agricultor realiza fora da propriedade rural. Expressa portanto, a coexistência de atividades agrícolas e não agrícolas como forma de garantir a reprodução da agricultura familiar. Para Schneider (1995) as noções de “pluriatividade” e “agricultura em tempo parcial” pretendem caracterizar uma situação em que as atividades agrícolas deixaram de ser a única tarefa dos agricultores. As noções de pluriatividade e de agricultura em tempo lembram o velho conceito marxista de “semi-proletarização”. Ver também a tese de doutorado de Schneider (1999) e Carneiro (1998).



Por sua vez, a posição de Carneiro (1997), se distancia das interpretações que consideram o rural e o urbano como pólos antagônicos ou que definem o rural exclusivamente a partir de suas características geográficas. Para ela é necessário:

“Orientar o foco de análise para os agentes sociais deste processo [de decomposição e recomposição de sistemas sociais] e não mais para um espaço geográfico reificado possibilita, por exemplo, que a distinção entre ‘cidade’ e ‘aldeia’ ou ‘urbano’ e ‘rural’ desapareça ou torne-se inútil como questão sociológica. Isso porque cada espaço contém em si contradições e conflitos resultantes da relação entre sistemas de valores e interesses distintos, quer sejam eles tidos como de origem ‘urbana’ ou ‘rural’.” (Carneiro, 1997:155).

O rural não é apenas uma realidade “empiricamente observável” mas construção social. Carneiro (1997:162) propõe a noção de *localidade* como expressão das múltiplas formas de interação dos atores (“que desempenham atividades heterogêneas, agrícolas ou não”) com a sociedade e a economia global:

“(...) a noção de localidade (...) denota apenas a referência espacial como qualificadora de um universo de relações sociais específico. Em outras palavras, a noção de localidade não define, de forma alguma, a natureza rural ou urbana do grupo ou das práticas e relações sociais que ele desenvolve”(Carneiro, 1997:162).

A consequência lógica da análise de Carneiro é a subversão do rural como conceito dominante. A subversão do velho conceito de rural implica também a sua negação como conceito. A noção de rural perdeu seu significado e seu poder de análise. Sem dúvida é necessário propor um novo conceito que substitua o “velho” conceito de rural. O conceito de “economia local” ou “desenvolvimento local” pode possibilitar a superação da dicotomia rural/urbano. Uma localidade ou região se caracteriza por um conjunto de fenômenos econômicos sociais que a determinam e a diferenciam de outras localidades e regiões. Na localidade ou região se encontram e se confrontam os diversos atores sociais (grupos e instituições públicas e privadas) que a compõem.

A alternativa é a busca na economia local ou regional dos mecanismos e dos mediadores dos processos econômicos e sociais que poderiam contribuir para a explicação das transformações que têm mudado a face do espaço local além do que pode ser considerado como estritamente rural e/ou urbano

## CONCLUSÃO

Como conclusão fundamental afirma-se que o espaço rural não se define exclusivamente pela atividade agrícola devido principalmente à emergência de novas atividades rurais não agrícolas e à crescente ocupação do espaço rural como espaço de lazer e de moradia. Dessa forma o espaço rural não é mais um espaço da produção agrícola. Assim, o rural é apenas uma categoria espacial e não necessariamente vinculado com as atividades

agrícolas, apesar de que ainda hoje essas atividades sejam predominantes. Essas modificações exigem novos conceitos, novas interpretações e novas formas de intervir na realidade. Essas transformações são produto e resultado do processo de desenvolvimento desigual do capitalismo na agricultura. A divisão campo-cidade é anterior ao aparecimento do capitalismo, porém o capitalismo a aprofundou, imprimindo-lhe suas próprias características. A mesma dinâmica do capitalismo parece hoje superar essa divisão, elaborando uma espécie de síntese. Por isso os fenômenos econômicos e sociais “rurais” não podem ser compreendidos de forma isolada, sem analisar suas conexões.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTIDE, Roger. *Brasil: terra de contrastes*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973
- BEALE, Robert C.; WILLITS, Fern K.; KUVLESKI, William P. *O significado do “ruralismo” na sociedade americana: implicações de algumas alternativas de definições*. Mimeo, 1963.
- BRUMER, Anita; TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Por uma sociologia dos processos agrários -Editorial- In: Produção familiar, processos e conflitos agrários. *Cadernos de Sociologia* vol. 6. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, (UFRGS), 1994.
- \_\_\_\_\_. Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da sociologia Rural no final do século XX). In: PIÑERO, Diego (compilador). *30 años de sociologia rural en América Latina*. Montevideo, Uruguay: Asociación Latinoamericana de Sociologia Rural, julio de 2000.
- BUTTEL, Frederick H.; NEWBY, Howard. *The Rural Sociology of Advanced Societies: Critical Perspectives*. Montclair: Allanheld, Osmun, 1980.
- BUTTEL, Frederick H. et alii. *The Sociology of Agriculture*. Connecticut: Greenwood Press, 1990.
- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. *Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, p.147-185. Brasília. 1997.
- \_\_\_\_\_. *Camponeses, agricultores e pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa – Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Zahar, Rio de Janeiro, 1982
- \_\_\_\_\_. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: *A nova dinâmica da*



- agricultura brasileira*. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1996.
- \_\_\_\_\_. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.
- KAGEYAMA, Angela et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme Costa et al. (orgs.). *Agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 1990.
- KAGEYAMA, Angela. *Pluriatividade e ruralidade: alguns aspectos metodológicos*. <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>>.
- LAMBERT, Jaques. *Os dois Brasis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- \_\_\_\_\_. (org). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MEDRAS, Henri et al. A cidade e o campo. In: Quiroz, Maria Isaura Pereira. *Sociologia rural*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- \_\_\_\_\_. Sociologia do meio rural. In: Quiroz, Maria Isaura Pereira. *Sociologia rural*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- NEWBY, Howard. El desafío de la sociologia rural en la actualidad. *Comércio Exterior*, vol. 32, n. 4, México, abril de 1982, p. 347-356.
- PASSOS GUIMARÃES, Alberto. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SARACENO, Elena. *O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala européia*. Trad. Angela Kageyama, 1996. <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>>.
- SCHNEIDER, Sérgio. Os colonos da indústria calçadista e as transformações da agricultura familiar. *Ensaio FEE*, ano 17-n. 1, Porto Alegre, RS, 1996.
- \_\_\_\_\_. Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, v. 14, n. 2 mai/ago 1997, p. 225-257, Brasília/EMBRAPA.
- \_\_\_\_\_. Agricultura familiar e pluriatividade. Tese de doutoramento. *Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH da UFRGS*. Porto Alegre, 04 de novembro de 1999.
- SIGAUD, Lygia. Para que serve conhecer o campo. In: MICELI, Sergio. *Temas e problemas da pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: IDESP; Rio de Janeiro: Ed. Sumaré,

- 1992.
- SOLARI, Aldo. O Objeto da sociologia rural. In: Szmrecsányi, Tamás e Queda Oriowaldo. *Vida Rural e mudança social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.
- SOROKIN, Pitirin; ZIMMERMAN, Carlo; GALPIN, Charles. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza (org). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Os colonos do vinho*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- \_\_\_\_\_. Crítica da Sociologia Rural e a construção de uma outra Sociologia dos processos agrários. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: ANPOCS/Vértice, 1991.
- \_\_\_\_\_. A construção de um outro olhar sociológico sobre o campo. *Cadernos de Sociologia*- Número Especial, Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, (UFRGS), 1993.
- \_\_\_\_\_. Matuchos – exclusão e luta – do sul para a Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1993.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O lugar dos rurais: estudo sobre a ruralidade no Brasil – Projeto de pesquisa*, mimeo, 1998.